

## Atos Oficiais

### **LEI Nº 6.556, DE 02 DE MARÇO DE 2021**

Dispõe sobre as regras e procedimentos para as parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### Capítulo I

##### Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre as regras e procedimentos para as parcerias celebradas pela administração pública municipal com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Parágrafo único. A aplicação das normas contidas nesta lei tem como fundamentos o princípio da autonomia municipal, a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, da cidadania e a transparência na aplicação dos recursos públicos com vistas ao atendimento do interesse público e à qualidade das ações e serviços ofertados aos cidadãos.

Art. 2º. As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto relevância pública e social para a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio de um dos seguintes instrumentos:

I – termo de fomento, por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

II – termo de colaboração, por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

III – acordo de cooperação, por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 3º. A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§1º. Caberá ao órgão público competente a publicação de manuais que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do parágrafo 1º do artigo 63 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§2º. Os órgãos e as entidades da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, por meio de Portaria do Secretário Municipal ou dirigente da entidade competente, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

## Capítulo II

### Da Transparência e do Controle

Art. 4º. A administração pública municipal deverá divulgar informações referentes às parcerias celebradas com organizações da sociedade civil em dados abertos e acessíveis, e deverá manter, no seu sítio eletrônico oficial, a relação dos instrumentos de parcerias celebrados e dos seus planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

Parágrafo único. A alimentação e a atualização das informações disponibilizadas no sítio oficial na internet caberão ao órgão ou ente municipal responsável pela celebração da parceria.

Art. 5º. As organizações da sociedade civil deverão divulgar nos seus sítios eletrônicos oficiais e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final.

§1º. As informações de que tratam este artigo e o artigo 4º desta lei, deverão incluir os seguintes elementos:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - nome completo do representante legal da organização da sociedade civil parceira;

IV - objeto da parceria e plano de trabalho;

V – data de início e término da parceria, incluindo eventuais termos aditivos;

VI - valor total da parceria e valores, efetivamente;

VII - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VIII - disponibilização de "link" ou anexo com a íntegra do termo de fomento ou colaboração e organograma da instituição;

IX - quando vinculado à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, deverá ser apresentado o valor total da remuneração dos funcionários, de forma nominal, seus respectivos cargos com as funções que seus integrantes desempenham, bem como a remuneração prevista para o respectivo exercício.

§2º. A divulgação contemplará as informações exigidas no artigo 5º desta lei, sem prejuízo de outras que a organização considerar pertinentes tendo em vista a transparência das atividades desenvolvidas em regime de parceria.

Art. 6º. A administração pública municipal deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

## Capítulo III

### Seção I

#### Dos Termos de Colaboração e de Fomento

Art. 7º. O termo de colaboração deverá ser adotado pela administração pública municipal para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Art. 8º. O termo de fomento deverá ser adotado pela administração pública municipal para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

## Seção II

### Do Acordo de Cooperação

Art. 9º. O acordo de cooperação deverá ser adotado para a formalização de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

§1º. A celebração de acordo de cooperação poderá ser proposta pela administração pública municipal ou por organização da sociedade civil.

§2º. A celebração de acordo de cooperação poderá ser precedida de procedimento de manifestação de interesse social, observado, neste caso, o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 10. Ressalvada a hipótese prevista no artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica dispensada a realização de chamamento público para a celebração de acordos de cooperação.

§1º. A critério do Secretário Municipal ou do dirigente de entidade da administração indireta, poderá ser realizado chamamento público para a celebração de acordo de cooperação, observado, neste caso, o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e nesta lei.

§2º. O chamamento público para a celebração de acordo de cooperação de que trata o artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 observará, no que couber, o disposto naquele diploma legal e nesta lei.

## Seção III

### Do Procedimento de Manifestação de Interesse Social

Art. 11. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal.

Parágrafo único. As propostas de Procedimento de Manifestação de Interesse Social deverão ser dirigidas e encaminhadas aos Secretários Municipais ou dirigentes de entidade da administração indireta, competentes em função do objeto da proposta, atendendo aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta, por meio de cópia do documento de identidade, se pessoa física, ou documentação que comprove a representação, no caso de pessoa jurídica;

II - indicação do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 12. Recebida a proposta, o Secretário Municipal ou dirigente da entidade verificará o atendimento dos requisitos do

artigo 19 da Lei Federal nº 13.019/2014 e, conforme o caso, indeferirá a proposta ou determinará sua publicação no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires.

Parágrafo único. As propostas serão mantidas no sítio eletrônico pelo prazo de 12 (doze) meses.

Art. 13. Verificadas a conveniência e a oportunidade para a realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o Secretário Municipal ou dirigente da entidade determinará sua instauração, para oitiva da sociedade sobre o tema.

§1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social far-se-á por meio de edital, que indicará, entre outros elementos:

I - o objeto da consulta;

II - as condições para participação dos interessados;

III - as datas, prazos, meios e locais de apresentação de propostas.

§2º. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social será realizado por comissão especial, composta por pelo menos três servidores públicos, a ser constituída pelo Secretário Municipal ou dirigente da entidade interessada.

Art. 14. Poderá ser realizado Procedimento de Manifestação de Interesse Social conjunto entre Secretarias Municipais ou entidades da Administração indireta, caso o objeto da consulta envolva competências desses órgãos.

Art. 15. A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

§1º. A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§2º. A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar de eventual chamamento público subsequente.

§3º. É vedada à administração pública municipal condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

#### Seção IV

##### Do Plano de Trabalho

Art. 16. Deverá constar do Plano de Trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

## Seção V

### Do Chamamento Público

Art. 17. Ressalvados os casos excepcionados pela Lei Federal nº 13.019/2014, para a celebração dos termos de colaboração e de fomento previstos nesta lei, a administração pública municipal realizará chamamento público para selecionar as organizações da sociedade civil, o qual se pautará pelos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade, transparência e julgamento objetivo.

Art. 18. Os projetos serão processados e julgados por comissão de seleção, instituída pelas Secretarias Municipais ou entidades da administração indireta, com composição de, ao menos, um servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal, assegurada, sempre que possível, a participação de servidores das áreas finalísticas dos órgãos ou entes repassadores de recursos.

§1º. Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público, considerando-se relação jurídica, dentre outras:

I - ser ou ter sido dirigente da organização da sociedade civil;

II - ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil;

III - ter ou ter tido relação de emprego com a organização da sociedade civil.

§2º. Configurado o impedimento previsto no §1º deste artigo, deverá ser designado membro substituto com qualificação técnica equivalente à do substituído.

Art. 19. A comissão de seleção, para verificar a comprovação da capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil, bem como de sua experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, poderá se fundamentar em quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros:

I - instrumentos de parceria firmados com órgãos e entes da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

III - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

IV - currículo dos profissionais responsáveis pela execução do objeto;

V - prêmios locais ou internacionais recebidos.

Art. 20. O edital de chamamento público observará, quanto às suas disposições, o artigo. 24, §1º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

§1º. O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio oficial da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires e, também, no Diário Oficial do Município, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas.

§2º. Qualquer pessoa ou organização da sociedade civil poderá impugnar o edital de chamamento, devendo protocolar o pedido em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para apresentação das propostas.

§3º. A impugnação, que não impedirá a organização da sociedade civil impugnante de participar do chamamento, deverá ser julgada até a data fixada para apresentação das propostas.

Art. 21. O aviso de edital de chamamento público será publicado no Diário Oficial do Município, no mesmo prazo previsto no artigo 20, contendo, ao menos, os seguintes elementos:

I - números do edital de chamamento público e do processo administrativo;

II - Secretaria Municipal ou entidade da administração indireta responsável;

III - objeto;

IV - prazo, com data e horário, para recebimento das propostas;

V - forma de acesso à íntegra do edital.

Art. 22. Competirá ao Secretário Municipal ou ao dirigente de entidade da administração indireta, responsável pelo chamamento público, homologar o seu resultado e divulgá-lo no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires.

Art. 23. Não se realizará chamamento público:

I - para a celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos provenientes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais;

II - para a celebração de acordos de cooperação, exceto se seu objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que a realização de chamamento público é obrigatória, observando-se o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e nesta lei;

IV - nas hipóteses de inexigibilidade previstas no artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§1º. Toda celebração de parceria sem prévio chamamento público será justificada e ratificada pelo Secretário Municipal ou dirigente de entidade da administração indireta interessado.

§2º. Nas hipóteses previstas nos artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, o extrato da justificativa será publicado no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires e no Diário Oficial do Município, na mesma data em que for efetivada a ratificação.

§3º. Eventual impugnação à justificativa deverá ser dirigida ao Secretário Municipal ou ao dirigente de entidade da Administração indireta que a ratificou, observando-se, quanto ao seu processamento, o disposto no artigo 32, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 24. Na hipótese de dispensa de chamamento público prevista no artigo 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, as Secretarias Municipais ou as entidades da administração indireta realizarão credenciamento das organizações da sociedade civil que atuam nas respectivas áreas sociais.

§1º. O credenciamento será realizado pela comissão de seleção da Secretaria Municipal ou entidade interessada.

§2º. Para fins de credenciamento, as organizações da sociedade civil deverão comprovar o atendimento do artigo 33 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§3º. O credenciamento será regido por edital, em que serão previstos os requisitos, o procedimento e o prazo de validade do credenciamento.

§4º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o edital de credenciamento poderá prever que a inscrição de organização da sociedade civil em Conselho Municipal de

políticas públicas poderá ser considerada para fins de credenciamento, desde que, para a inscrição no Conselho Municipal, seja exigida a comprovação do atendimento dos mesmos requisitos previstos no artigo 33 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§5º. Na hipótese do parágrafo anterior, o credenciamento fica condicionado à ratificação, pela comissão de seleção, da inscrição da organização da sociedade civil.

#### Capítulo IV

##### Seção I

##### Da Celebração e da Formalização das Parcerias

Art. 25. A celebração e a formalização de termo de cooperação e do termo de fomento dependerá da adoção das seguintes providências por parte das Secretarias Municipais ou entidades da administração indireta:

I - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

II - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria;

III - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, observada a necessidade de justificativa e ratificação pela autoridade competente, em caso de não realização;

IV - emissão de parecer do órgão técnico da Administração, observado o disposto no artigo 35, inciso V, da Lei Federal nº 13.019/2014;

V - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

VI - aprovação do plano de trabalho pelo Secretário Municipal ou dirigente da entidade.

Parágrafo único. Para fins do inciso IV deste artigo, considera-se órgão técnico da Administração o órgão da Secretaria Municipal ou entidade da administração indireta competente para, em função do objeto da parceria, apreciar o mérito das propostas.

Art. 26. A celebração e a formalização de acordo de cooperação dependerão da adoção das seguintes providências por parte das Secretarias Municipais ou entidades da Administração indireta:

I - realização de chamamento público, se for o caso, ou ratificação de sua não realização pela autoridade competente;

II - aprovação do plano de trabalho pelo Secretário Municipal ou dirigente da entidade;

III - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Art. 27. Para a celebração das parcerias regidas pela Lei Federal nº 13.019/2014 com a Administração Municipal, as organizações da sociedade civil deverão:

I - comprovar o atendimento das condições estabelecidas no artigo 33 da Lei Federal nº 13.019/2014;

II - apresentar os documentos previstos no artigo 34 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 28. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, que, conforme o caso, conterá:

I - as cláusulas essenciais previstas no artigo 42 da Lei Federal nº 13.019/2014;

II - o plano de trabalho, como parte integral e indissociável;

III - as hipóteses e os limites das despesas previstas no inciso II do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, se for o caso;

IV - a indicação do servidor público ou empregado público designado como gestor da parceria;

V - na hipótese de a duração da parceria exceder um ano, a obrigação da organização da sociedade civil prestar contas ao término de cada exercício;

VI - a vinculação ao edital do chamamento público, se for o caso, e às disposição da Lei Federal nº 13.019/2014 e desta lei;

VII - a forma de realização da pesquisa de satisfação dos beneficiários do plano de trabalho, nas parcerias com vigência superior a um ano;

VIII - a obrigação da organização sociedade civil manter em seu arquivo, durante 10 (dez) anos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Art. 29. Competirá aos Secretários Municipais e aos dirigentes da administração indireta, no âmbito dos respectivos órgãos e entidades, a celebração de termos de colaboração e de fomento e acordos de cooperação.

Parágrafo único. A competência estabelecida neste artigo é indelegável, não se excluindo a do Chefe do Executivo para a prática dos mesmos atos.

Art. 30. Os termos de colaboração e de fomento e os acordos de cooperação serão lavrados no Departamento de Registro de Atos Oficiais.

§1º. O extrato do termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação serão publicados no Diário Oficial do Município em até 5 (cinco) dias úteis após a sua celebração.

§2º. No mesmo prazo definido no parágrafo anterior, o instrumento da parceria será disponibilizado na íntegra no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires.

§3º. Deverá constar do extrato publicado no Diário Oficial do Município e da relação das parcerias, mantida no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Ribeirão Pires, o nome do servidor público ou empregado público designado como gestor de cada parceria.

## Seção VI

### Das Vedações

Art. 31. Fica vedada a celebração de qualquer modalidade de parceria prevista nesta lei com organização da sociedade civil que se enquadre no previsto no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como com organização da sociedade civil que tiver, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão.

## Capítulo V

### Dos Recursos Financeiros recebidos no âmbito das Parcerias

Art. 32. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa



bancária, em instituição financeira pública nos moldes previstos no artigo 51 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 33. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 34. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§1º. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§2º. Excepcionalmente, poderão ser feitos pagamentos em espécie, desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária.

## Capítulo VI

### Do Monitoramento e da Avaliação

Art. 35. O monitoramento e a avaliação das parcerias serão realizados de forma contínua, observados os artigos 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019/2014, incumbindo:

I - ao servidor público ou empregado público designado como gestor da parceria;

II - ao conselho gestor de Fundo Municipal, em conjunto com o gestor da parceria, quando esta for custeada com recursos de Fundos específicos;

III - em qualquer caso, à comissão de monitoramento e avaliação designada, ao Conselho Municipal de políticas públicas pertinente ao objeto da parceria e aos cidadãos.

Art. 36. Caberá ao gestor de termo de colaboração ou de termo de fomento, isoladamente ou em conjunto com o conselho gestor do Fundo Municipal específico, na hipótese do inciso II do artigo 35, emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§1º. A emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação será semestral, nas parcerias com vigência de um ano ou mais, e trimestral, nas parcerias com vigência inferior a um ano.

§2º. O relatório técnico de monitoramento e avaliação conterá os elementos previstos no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros, exigidos por Portaria do Secretário Municipal ou dirigente de entidade da administração indireta ou, se for o caso, o conselho gestor do fundo específico.

Art. 37. Nas parcerias com vigência superior a um ano, será realizada pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, na forma prevista no instrumento da parceria, e serão utilizados os resultados como subsídio para avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Art. 38. Compete ao gestor designado para a parceria realizar as atribuições previstas no artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como:

I - proceder ao acompanhamento e à fiscalização da execução da parceria;

II - elaborar, em conjunto com o conselho gestor do fundo, se for o caso, o relatório técnico de monitoramento e avaliação, e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada;

III - comunicar ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da Administração indireta a inexecução da parceria por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para fins do disposto no art. 62 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - emitir parecer técnico de análise da prestação de contas da respectiva parceria.

Parágrafo único. As providências indicadas no artigo 62 da Lei Federal nº 13.019/2014 far-se-ão por ato do Secretário Municipal ou dirigente de entidade da administração indireta que firmar a parceria, devidamente motivado e publicado no Diário Oficial do Município, assegurados à organização da sociedade civil o contraditório e a ampla defesa.

Art. 39. Toda parceria celebrada mediante termo de colaboração e termo de fomento será acompanhada e fiscalizada por comissão de monitoramento e avaliação, instituída por Portaria.

§1º. As parcerias de cada Secretaria Municipal e entidade da administração indireta serão acompanhadas e fiscalizadas pela respectiva comissão de monitoramento e avaliação.

§2º. Poderá haver a instituição de mais de uma comissão de monitoramento e fiscalização por Secretaria Municipal ou entidade da administração indireta, considerada a especificidade do objeto das parcerias. Neste caso, as portarias deverão delimitar a competência de cada comissão de monitoramento e fiscalização.

§3º. A comissão de monitoramento e avaliação será composta por, no mínimo, três servidores públicos ou empregados públicos, observado o disposto no artigo 1º, inciso XI, da Lei Federal nº 13.019/2014.

§4º. Não poderá participar da comissão de monitoramento e avaliação o servidor público ou empregado público designado para atuar como gestor de parceria

## Capítulo VII

### Da Prestação de Contas

Art. 40. A prestação de contas da execução de termo de colaboração, termo de fomento e, quando for o caso, acordo de cooperação, observará o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, no instrumento da parceria e no respectivo plano de trabalho, nesta lei e nas orientações normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 41. A análise da prestação de contas, pelo gestor da parceria, far-se-á a partir da análise:

I - dos documentos previstos no plano de trabalho;

II - do relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, na forma do artigo 66, inciso I da Lei Federal nº 13.019/2014;

III - do relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, elaborado pela Secretaria Municipal de Finanças, na forma do artigo 66, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - do relatório de visita "in loco", quando realizada durante a parceria;

V - do relatório técnico de monitoramento e avaliação, elaborado pelo gestor da parceria e homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, observado o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 66 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 42. O prazo para prestação de contas será definido no instrumento da parceria, observado o disposto no artigo 67, parágrafos 1º e 2º e no artigo 69 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 43. O gestor da parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas da parceria celebrada, observando o disposto no artigo anterior nos artigos 66, 67 e 69 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 44. Competirá ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da administração indireta, signatário do instrumento da parceria, decidir sobre a aprovação da prestação de contas, observado o disposto nos artigos 69 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 45. A organização da sociedade civil cuja prestação de contas for julgada irregular poderá apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da intimação da decisão.

Parágrafo único. Compete ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da administração indireta receber o recurso, determinar a instrução do processo e julgar o recurso.

Art. 46. A faculdade prevista no artigo 72, parágrafo 2º da Lei nº 13.019/2014, deverá ser solicitada pela organização da sociedade civil interessada, mediante requerimento escrito, ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da administração indireta signatário da parceria anterior, a quem compete decidir fundamentadamente sobre a solicitação.

## Capítulo VIII

### Da Responsabilidade e da Aplicação das Sanções

Art. 47. A execução da parceria em desacordo com o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e no instrumento da parceria e seu respectivo plano de trabalho, sujeita a organização da sociedade civil às sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 48. Todo cidadão poderá representar ao Poder Público municipal sobre eventuais irregularidades contadas na execução de parceria regida pela Lei Federal nº 13.019/2014.

Parágrafo único. A representação deverá ser encaminhada ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da Administração indireta responsável pela parceria, com a identificação completa do representante, a parceria e os fatos a ela relacionados, sob pena de indeferimento.

Art. 49. A apuração de infrações será processada por meio de processo administrativo de averiguação, instaurado a partir de representação ou por iniciativa da Secretaria Municipal ou entidade da Administração indireta, em despacho motivado.

§1º. O processo administrativo de averiguação será processado por comissão especial, instituída pelo Secretário Municipal ou a dirigente da entidade da Administração indireta, vedada a participação do gestor da parceria ou de membros das comissões de seleção e de monitoramento e avaliação.

§2º. Será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para a organização da sociedade civil interessada manifestar-se preliminarmente sobre os fatos apontados.

§3º. Transcorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, sendo considerados insuficientes ou impertinentes os fatos, conforme manifestação da comissão especial, o Secretário Municipal ou dirigente de entidade da Administração indireta determinará o arquivamento do processo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial do Município.

§4º. Não sendo o caso de arquivamento, serão ouvidos os gestores designados para a parceria, a comissão de monitoramento e avaliação e os demais agentes públicos envolvidos na execução, no acompanhamento e na fiscalização da parceria, juntados os documentos pertinentes aos fatos e determinadas outras providências probatórias.

§5º. Ficam assegurados o acompanhamento e a participação de representantes da organização da sociedade civil interessada nos atos referidos no parágrafo anterior.

§6º. Encerradas as providências previstas no parágrafo 4º, a organização da sociedade civil será notificada a indicar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da notificação, as provas que pretende produzir.

§7º. Compete à comissão especial indeferir as provas impertinentes ou protelatórias.

§8º. Encerrada a produção de provas, a organização da sociedade civil será notificada a apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da notificação.

§9º. Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, a comissão especial elaborará relatório final e o encaminhará às autoridades indicadas no artigo seguinte.

§10. Os atos da comissão especial são recorríveis ao Secretário Municipal ou a dirigente da entidade da Administração indireta, no prazo de 3 (três) dias úteis.

Art. 50. Competirá, motivadamente:

I - ao gestor designado para a parceria, aplicar a sanção prevista no artigo 73, inciso I da Lei Federal nº 13.019/2014 ou absolver a organização da sociedade civil averiguada;

II - ao Secretário Municipal ou dirigente de entidade da Administração indireta, aplicar as sanções previstas no artigo 73, incisos II e III da Lei Federal nº 13.019/2014.

§1º Da aplicação da sanção prevista no artigo 73, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014, cabe recurso ao Secretário Municipal ou dirigente de entidade da administração indireta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da intimação.

§2º Da aplicação das sanções previstas no artigo 73, incisos II e III, da Lei Federal nº 13.019/2014, cabe pedido de reconsideração ao Secretário Municipal ou dirigente de entidade da administração indireta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da intimação.

## Capítulo IX

### Das Disposições Finais

Art. 51. Não se aplica às parcerias regidas por esta lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 52. O Poder Executivo regulamentará esta lei por Decreto, no que couber.

Art.53. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 6.684, de 18 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de março de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO

Secretário de Finanças respondendo interinamente pela Secretaria de Administração

Processo Administrativo nº 254/2021 – PMRP  
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.